

Tendo tomado conhecimento, em 5 Mar 13, da pauta de trabalho de um grupo de estudos da Comissão Nacional da Verdade coordenado pela Sra. Dra. Rosa Maria Cardoso da Cunha, integrante daquela comissão, escrevi-lhe a carta que segue, datada de 10 Mar 13. Não tendo obtido qualquer resposta até esse momento, resolvi compartilhá-la com os amigos.

Forrer Garcia

Sra. Dra. Rosa Maria Cardoso da Cunha, receba minhas cordiais saudações.

Sei lá por quais desígnios de Deus, um documento relativo ao grupo de trabalho da Comissão da Verdade por V. Sa. coordenado, denominado "Contextualização do Golpe civil militar de 1964", veio ter à minha caixa de entrada no dia 05 de março de 2013.

Recebi-o sem pedir, penso que posso comentar, também sem que me peçam.

Sou oficial reformado do Exército, mas – acima de tudo - sou também cidadão, pois, como dizia o General Osório: "a farda não abafa o cidadão no peito do soldado". Assim, é um cidadão que faz comentários sobre um texto por V. Sa. cancelado.

A fim de cooperar com o trabalho do grupo, queria dizer que o mais correto é chamar de Contrarrevolução de 31 de março de 1964. E lhe digo por quê.

Se antes de 1964 o Brasil vinha de governos ditos trabalhistas, com forte protagonismo dos sindicatos, não é possível negar, à luz da História, que marchávamos para o Comunismo. Nisso, creio em sua concordância, pois sei tratar-se de pessoa culta e lúcida.

Caso fôssemos mudar – por qualquer meio e forma - de uma doutrina trabalhista-sindicalista para a doutrina comunista é de se supor, haja vista o agravamento da desordem na vida social

do Brasil à época, que o País viveria uma revolução, ou seja, uma troca de ideologia por outra, à revelia da vontade do povo, e essa substituição, de uma ideologia por outra, é uma das principais causas, senão a principal, de um movimento revolucionário, como aquele que já estava em andamento no Brasil. Outra causa que contribui em muito para a desorganização de um País é a quebra da disciplina e da hierarquia nas Forças Armadas, o que vinha acontecendo naquela época, e com o aval e a leniência de autoridades constituídas...

As pessoas e instituições tidas pela Senhora como "golpistas" nada mais fizeram do que, com o Comunismo espalhando-se a olhos vistos e já infiltrado no governo (lembre-se do que, nessa época, dizia Luís Carlos Prestes...) aquelas pessoas e instituições anteciparam-se, oferecendo ao Brasil uma contrarrevolução. A Senhora entendeu, não é? Revolução comunista de um lado, contrarrevolução democrática do outro. Uma firula militar que nem todas as pessoas conhecem é que a "contrarrevolução" (contra-ataque) se dá em momento anterior ao da "revolução" (ao do ataque). Por isso, então, contrarrevolução de 31 de março de 1964. Ou seja, o momento em que o Comunismo foi dissuadido – outra vez - de se instalar no Brasil.

O texto diz que o grupo de trabalho tomará como foco da investigação o período que se inicia com a Contrarrevolução de 31 de março de 1964 e estende-se até maio de 1967. Ou seja, o período abordado cobre eventos relacionados ao momento da ruptura com o regime pró-Comunismo anterior e "sua institucionalização a partir de abril de 1964, incluindo a assinatura do Ato Institucional n.01, e prosseguindo até a criação do Centro de Informações do Exército – CIE –, um ano e dois meses depois".

Sra. Dra. Rosa, em vista de sua elevada posição na Comissão Nacional da Verdade – destaque: "Verdade"- e como coordenadora do GT em questão, creio que V. Sa. poderia aceitar uma sugestão e mandar estudar a história da Contrarrevolução não só a partir de 31 de março de 1964 e sim um certo tempo antes, pois, como a Senhora sabe, fatos históricos devem ser estudados a partir de seus primórdios, sem esquecer de estudar suas causas, tanto as remotas como as causas. Desse modo, e somente desse modo, poder-se-á dizer que realmente houve uma contextualização.

Sobre o Ato Institucional n° 1, que institucionalizou a Contrarrevolução, seus alunos podem estudar o que quiserem sobre ele, mas não poderão depois dizer que, do ponto de vista dos contrarrevolucionários, tal ato era de suma importância, pois devemos considerar que os revolucionários pró-comunismo poderiam perder o "fair-play" (se não tivessem fugido do País...) e prosseguirem com sua revolução, não obstante o fato de a Contrarrevolução de 31 de março de 1964 ter sido vitoriosa no que se propôs: deter o Comunismo em sua segunda tentativa de tomada do poder no Brasil. A primeira foi em 1935, como a Senhora bem sabe.

Fico contente que o GT sob sua coordenação vá estender o período de seus estudos até 2 de maio de 1967, data de criação do Centro de Inteligência do Exército (CIE). Certamente que o GT encontrará dificuldades de fontes de consulta para essa parte do estudo. À parte de poucas obras escritas por militares sobre o CIE, por serem militares, esses autores poderiam parecer não adequados pelos estudantes. Por isso, sugiro que procurem a obra Ministério do Silêncio, do jornalista Lucas Figueiredo, de Minas Gerais. Uma pessoa que se supõe isenta dada sua profissão. Na obra citada, os integrantes de seu grupo de trabalho poderão obter muitas informações sobre o CIE e, principalmente, o reconhecimento pelo autor de que foi o CIE, com seu modo de agir, que deu um basta às ações deletérias dos comunistas e pró-comunistas inconformados com a vitória da Contrarrevolução de 31 de março de 1964. Quer dizer, foi o CIE – com o apoio de muitas outras instituições nacionais - que venceu – repito por importante que é: venceu - a dita "Luta Armada".

Assim, Senhora Dra. Rosa, da leitura do texto que chegou ao meu conhecimento, é possível se inferir que o objetivo intermediário é reescrever a História do Brasil, retirando dela o que incomoda a certos setores nacionais da atualidade.

No geral, a impressão que o trabalho a ser realizado pelo grupo me deixou foi a mesma que trago desde quando estudei Lênin que, não satisfeito com a forma de pensar e atuar de Trotsky, mandou apagar a imagem deste numa fotografia em que apareciam juntos. Lênin, ainda não satisfeito, mandou retirar o verbete "Trotsky" da enciclopédia russo-soviética, e, depois ainda,...bem, a Senhora sabe como essa história continuou, no México.

Salvo minha limitada capacidade de análise, julgo não ser necessário muito esforço para inferir-se a ideia de que – num primeiro momento – o objetivo é reescrever a História do Brasil nos moldes de Lênin, depurando-a conforme as conveniências, trabalho este, ressalte-se, muito facilitado, pois os membros da CNV decidiram, de maneira ilegal e injusta, que só um lado da história seria investigado.

Tenho para mim que, num segundo momento, depois de tornar públicos, vilipendiar e escrachar os nomes de pessoas de verdade – agora genericamente alcunhadas por essa comissão de "agentes do Estado" - e que foram jogadas numa guerra sem que pedissem, dar-se-á então o assalto final: um novo ataque à Lei de Anistia, agora com tudo "amaciado" por uma "novistória" convenientemente reescrita. Qual a sua opinião a respeito Sra. Dra. Rosa?

Respeitosamente,

Cidadão Jorge Alberto Forrer Garcia

Coronel Reformado

Idt 030223822-5 EB/MD